

EDUCAÇÃO E INFÂNCIA: HISTÓRIAS SOCIALMENTE CONSTRUÍDAS

Keli Andréa Vargas Paterno*

Verônica Regina Müller**

PATERNO, K. A. V.; MÜLLER, V. R. Educação e infância: histórias socialmente construídas. **EDUCERE** - Revista da Educação, Umuarama, v. 9, n. 1, p. 49-63, jan./jun. 2009.

RESUMO: O presente estudo aborda dois aspectos interdependentes: a infância e a educação. Historicamente, ambas foram construídas com objetivos específicos, porém sempre estiveram ligadas. Com o advento da era industrial e tecnológica, tornou-se necessário procurar novas possibilidades de adaptação social. Ocorre que, muitas vezes, essa adequação não se mostrou a mais indicada, pois, por fazermos parte de uma sociedade neoliberal, os interesses estão voltados para a preservação e multiplicação do capital. A infância sofre diretamente essa influência, uma vez que a educação das crianças é o objetivo principal da escola, que, por sua vez, é um dos alvos da sociedade capitalista. Ela produz e reproduz os meios necessários para a perpetuação mercantil. A criança perde seu espaço do brincar inocente e passa a participar ativamente desse meio econômico. Muitas vezes é discriminada e excluída, por não ter as condições necessárias para participar das atividades exigidas, ou por lhe serem negadas as condições ideais para

*KELI ANDRÉA VARGAS PATERNO possui graduação em Licenciatura Plena em Supervisão Escolar, pós-graduada em Educação Infantil pela UNIPAR - Cascavel e Fundamentos Filosóficos pela UNIOESTE – Toledo. Aluna do Mestrado em Educação – UEM – Grupo de Pesquisa: Infância, Adolescência e Juventude. Atualmente é professora do Ensino Fundamental, Séries Iniciais, da rede municipal, da cidade de Cascavel – Pr. E-mail: kelipatt@yahoo.com.br

**VERÔNICA REGINA MÜLLER possui graduação em Licenciatura Plena: Educação Física pela Universidade Federal de Santa Maria (1982), mestrado em Métodos e Técnicas de Ensino pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1986), doutorado em História da Educação Social Contemporânea - Universidad de Barcelona (1996) e pós-doutorado, na mesma área e Universidade (2000). Atualmente é professora titular da Universidade Estadual de Maringá. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Social, atuando principalmente nos seguintes temas: história da infância, culturas infantis, brincadeiras, direitos da infância e adolescência, fundamentos históricos e filosóficos da educação física brasileira. e-mail: veremuller@gmail.com

que supere suas dificuldades quando atingir a idade “adequada” para ser definitivamente integrada à vida adulta. Vencer as barreiras impostas pela sociedade capitalista é o principal desafio que o ser humano encontra. Muitas vezes é privado de seus direitos e constantemente lembrado de seus deveres. Sem condições básicas, luta incansavelmente por sua sobrevivência e bravamente se mantém alerta, pois quando houver oportunidade encontrará o caminho que o levará a mudar sua condição de dominado para um ser liberto das amarras neoliberais.

PALAVRAS-CHAVE: Infância. Educação. Sociedade capitalista.

EDUCATION AND CHILDHOOD: SOCIALLY BUILT HISTORIES

ABSTRACT: This study searches a better understanding of the educational questions related to the childhood. Historically, they were both built with specific goals; however, they have always been connected. As a result of the industrial and technological age it became necessary to look for new possibilities of social adaptation. It happens that many times this adaptation is no longer indicated as we are part of a neoliberal society; the concerns are turned to the preservation on the multiplication of the capital. Childhood directly suffers such influence because children’s education is the major concern of schools, which are, one their turn, the focus of the capitalist society. The capitalist society produces and reproduces the necessary models for mercantile perpetuity. The child loses its space for innocent play and starts to actively take part into this economic environment. Recurrently, it is discriminated and excluded for either not having the necessary conditions to participate in the demanded activities or is denied the ideal conditions to surpass its own difficulties when reaching the “proper age to be definitely inserted into adult life. To overcome barriers imposed by capitalist society is the main challenge the human faces. Many times it is deprived from its rights and constantly reminded of its duties. Without basic conditions, it constantly struggles for your survival and bravely keeps alert itself as when there is an opportunity, it will find the way take to change from its condition of dominated in order to be free from the neoliberal ties.

KEYWORDS: Childhood. Education. Capitalist society.

EDUCACIÓN Y NIÑEZ: HISTORIAS SOCIALMENTE CONSTRUIDAS

RESUMEN: Esta investigación aborda dos aspectos interdependientes: la niñez y la educación. Históricamente, ambas fueron construidas con objetivos espe-

cíficos, pero siempre estuvieron juntas. Con el surgimiento de la era industrial y tecnológica se volvió necesaria la búsqueda de nuevas posibilidades de adaptación social. Ocurre que, muchas veces, esa adecuación no se mostró la más indicada, pues, por hacer parte de una sociedad neoliberal, los intereses están dirigidos hacia la preservación y multiplicación del capital. La niñez sufre directamente esa influencia, una vez que la educación de los niños es el objetivo principal de la escuela, que, por su vez, es uno de los albos de la sociedad capitalista. Ella produce y reproduce los medios necesarios para la perpetuación mercantil. El niño pierde su espacio del jugar inocente y pasa a participar activamente de ese medio económico. Muchas veces es discriminada y excluida, por no tener condiciones necesarias para participar de las actividades exigidas, o por serles negadas las condiciones ideales para que supere sus dificultades cuando alcance la edad “adecuada” para ser definitivamente integrada a la vida adulta. Vencer las barreras impuestas por la sociedad capitalista es el principal desafío que el ser humano encuentra. A veces es privado de sus derechos y constantemente acordada de sus deberes. Sin condiciones básicas, lucha incansablemente por su supervivencia y bravamente se mantiene alerta, pues cuando haya oportunidad encontrará el camino que lo llevará a cambiar su condición de dominado para un sujeto libre de las amarras neoliberales.

PALABRAS CLAVE: Niñez. Educación. Sociedad capitalista.

INTRODUÇÃO

Para nos aproximarmos da problemática das diversas concepções de infância é necessário conhecê-las historicamente e situá-las nas diferentes épocas. Para atingirmos nosso objetivo, necessitamos identificar como a infância na Modernidade é caracterizada e como ocorrem as mudanças nas diversas concepções estabelecidas. A idéia de criança inocente e ingênua é recente, remonta o século XVIII. Nesse século, houve maior preocupação com as crianças, no sentido de preservá-las e protegê-las.

A partir desse período, ela passa a ter cuidados específicos, não mais participa integralmente dos hábitos adultos e, gradativamente, ganha vestes específicas e deixa de se vestir como adulto. Passa, então, a ter roupas próprias para crianças e é reconhecida como um ser que não está apto a viver as responsabilidades do mundo adulto.

Então formulamos a seguinte pergunta: como se caracteriza a

infância na atualidade? A resposta requer pesquisa e profundo estudo a respeito. Não temos a pretensão de dar todas as respostas e, muito menos, dizer que as possibilidades mencionadas são as únicas. Porém, sentimos a responsabilidade de provocar, instigar o leitor para as questões envolvidas nessa infância que vivenciamos.

Não nos cabe julgar qual infância é a ideal. O que precisamos ter é a preocupação com esse ser pequeno, que depende do adulto. Essa dependência não deveria ser a transferência das angústias adultas para a criança. Em vez disso, permitir que a criança usufrua essa fase importante de sua vida. Percebemos que, cada vez mais, as crianças adquirem atitudes que são características aos adultos. Assim, poderíamos dizer que elas se tornam mini-adultos.

Essa adultização é, de certa forma, incentivada, estimulada pela atual sociedade do consumo. Nessa sociedade marcada pela “sedução dos objetos, os homens não se cercam prioritariamente de outros homens, mas de informações e bens (celulares, computadores, carros, objetos virtuais...), que se tornam rapidamente obsoletos” (CIRINO, 2001, p. 42). O impulso de ter algo novo é constante no cotidiano das pessoas. O imediatismo domina e localiza a falta daquele objeto, como se a falta fosse exclusivamente material.

A leitura deste material é um convite para adentrar nas diferentes concepções de infância e na tentativa de encontrar os mecanismos que interferem ou influenciam, direta ou indiretamente, para a efetivação dessas concepções. Cada qual possui internalizados conceitos de infância e fica aqui o desafio para que, ao estudarmos a respeito, possamos ter clareza do quanto nosso cotidiano interfere na vida de nossos filhos, de nossas crianças. Propomos observar mais atentamente como os fatores externos ditam o que fazer em nosso dia a dia, aprofundar o olhar para ver o como e refletir sobre condições de melhoria nas interrelações pessoais e sociais.

Mencionamos anteriormente que a idéia de infância é recente, porém a criança sempre existiu. Ocorre que o olhar para esse pequeno ser se modificou com o passar dos anos. Por volta do século XIII, a criança era caracterizada como um adulto em miniatura: suas vestes se assemelhavam às dos adultos, bem como seus hábitos. Áries (1981, p.10) afirma que “A duração da infância era reduzida a seu período mais frágil,

enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança, então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos”. Percebemos, pelo autor, que nesse período, século XIII, assim que a criança adquiria certa autonomia, era tratada como ao adulto. Não havia preocupação em restringir informações ou cenas inadequadas. Ela tinha livre acesso às experiências dos maiores.

A partir do século XVII, acontece uma mudança considerável em relação aos cuidados relativos a infância. O olhar para a criança muda: agora ela passa a ter diferenciações comparadas aos adultos. Sob influência das instituições educativas, religiosas, familiares, dos intelectuais e especialistas, não lhe é mais permitido livre acesso ao meio social dos mais velhos, bem como passa a ter momentos para brincar e estudar (MÜLLER, 2007).

Como mencionamos, falamos de diversas infâncias. As crianças de classes sociais diferentes, nesse caso as menos favorecidas e as mais providas economicamente, possuem as mesmas dificuldades ao viver sua infância? Apesar das diferenças, em suas limitações ou não, qual consegue aproveitar melhor essa fase? Talvez não consigamos responder a essas questões, mas encaminharemos os estudos na direção para elucidar algumas dúvidas.

Para dar continuidade às argumentações, pretendemos discorrer sobre algumas categorias, que consideramos importantes para o desenvolvimento deste trabalho.

Escola como instrumento de poder

No século XVIII, aparecem as escolas diferenciadas. Conforme Áries (1981, p.183), “a especialização social de dois tipos de ensino, um para o povo, e o outro para as camadas burguesas e aristocráticas. De um lado, as crianças foram separadas das mais velhas, e de outro, os ricos foram separados dos pobres”. Separação intencional, pois dessa forma podem instruir os menos favorecidos e melhor qualificar a mão-de-obra.

Conhecimento intelectual para os burgueses e informação massificada para as classes desprovidas de uma situação econômica abastada. Com a criação da tipografia, a era da imprensa (século XV), novos

desafios surgem e Postman (1999, p. 32) aponta que “a imprensa criou uma nova definição de idade adulta, baseada na competência de leitura, e, conseqüentemente, uma nova concepção de infância, baseada na incompetência de leitura”.

A criança necessitava de orientação e era fundamental que, com o surgimento dos livros impressos, aprendesse a ler. O que se deve ter claro é que esses livros não estavam acessíveis a todos. As instituições de ensino sempre foram e são instrumentos de propagação de algum poder. Na modernidade, poucas resistem à influência do capitalismo e procuram alertar seus alunos para a realidade das diferenças sociais.

A história mostra que, inicialmente, as escolas serviam como depósitos de crianças, pois os filhos da classe trabalhadora precisavam de lugar para permanecer enquanto os pais exerciam seu ofício (Áries, 1981). Ao seguir esse raciocínio, pode-se comprovar que atualmente algumas semelhanças prevalecem.

Muitas famílias ainda veem a escola como um lugar para deixar os filhos e, infelizmente, se a educação básica não fosse obrigatória, mais crianças estariam fora do mundo letrado. É sabido que muitos daqueles que circulam no ensino desconhecem o real significado da palavra “letramento”. Vários “alfabetizados”, que com sacrifício escrevem apenas o nome, ignoram o mundo de possibilidades que a leitura e o conhecimento proporcionam.

Para os programas governamentais, esses cidadãos são os mais indicados para o sucesso da massificação mental. Devido à carência de conhecimento e até de vida digna, essas pessoas menos favorecidas se iludem com as propostas de melhoria de vida. Acreditam em ofertas e promessas vazias que permeiam o mundo político de nosso país. Esse tipo de política não é privilégio do Brasil, por isso se faz necessário dizer que um país pobre culturalmente e massificado dificilmente conseguirá vencer as mazelas da ganância mercadológica.

Diante da reflexão acima, será que a escola está preparada para trabalhar com essa criança? A idéia de infância é cultural, histórica, e se transforma de acordo com as gerações que se sucedem.

Os menores são, para nós, além de alguns semelhantes que concebemos de maneira determinada, alguém sobre o qual proje-

tamos nossos ideais, que transformamos em objeto de nossos desejos e de nossas frustrações, de nossos julgamentos e preconceitos. São seres que percebemos e amamos a partir da história que comunicamos por meio das complexas e ambivalentes relações que mantemos e também das que procuramos evitar com eles (SACRISTÁN, 2005, p.24).

A escola procura freneticamente se adaptar às exigências da sociedade capitalista e o foco é modificado, pois passa de uma educação com qualidade para uma de profissionalização da mão-de-obra. Ela ensina a automação e evita ensinar o pensar, uma vez que esse exercício leva a uma reflexão crítica. Nela, percebemos diferentes ideias sobre a infância e o que é feito a partir dessa percepção no meio social, no qual a criança está inserida, caracteriza as modificações que as concepções de infância sofrem.

A influência da televisão

A era da industrialização (a partir do século XVII) e da globalização (século XX) traz uma avalanche de informações que os adultos têm dificuldades para absorver. Essa influência de acompanhar o ritmo frenético da sociedade atinge diretamente as crianças, pois esse comportamento modifica a visão de infância e a vida das crianças.

A imprensa teve seu papel na divulgação da infância, porém, com ela vieram outros problemas. Exemplo foi a invenção da televisão, que, atualmente é citada como uma espécie de “vilã” da infância. A televisão não requer conhecimento apurado para o acompanhamento de sua programação, basta apertar o botão do controle remoto, permanecer em frente ao aparelho e assistir a uma programação variada. Esse comportamento afeta diretamente a idéia de infância tida até então, pois

a televisão destrói a linha divisória entre infância e idade adulta de três maneiras, todas relacionadas com sua acessibilidade indiferenciada: primeiro, porque não requer treinamento para apreender sua forma segundo, porque não faz exigências complexas nem à mente nem ao comportamento; terceiro, porque

não segrega seu público (POSTMAN, 1999, p. 94).

As pessoas prestam mais atenção às imagens e deixam o som em segundo plano. A imagem é absorvida rapidamente e fixa a atenção no ritmo determinado. Teoricamente a televisão “empobrece”, acomoda o cérebro humano, cria novas concepções de valores e relacionamentos. A família começa a se dividir nas opiniões, prioriza o individualismo, inibe as demonstrações de carinho e afeto. Essa necessidade criada torna as relações familiares, afetivas, cada vez mais raras. As pessoas não se permitem momentos para exercitar sua dialética. O prazer se resume em ficar diante de uma pequena tela que projeta movimento e som.

Em resumo, a programação e os apelos comerciais atingem a todos que possuem acesso à televisão, inclusive as crianças. De certa forma, retrocedemos para o tempo em que a criança participava da vida adulta, sem supervisão dos mesmos. Dessa forma, cada vez mais a criança se aproxima de ser um adulto em miniatura. Atualmente ela volta a ter acesso a muita informação que não lhe diz respeito, pois, nesse caso, a televisão apresenta programas iguais para todos. Poucas são as emissoras que destinam uma programação adequada para as crianças.

Outros meios contribuem para a aceleração do consumo. Exemplo são os *outdoors*, que apresentam imagens muitas vezes inadequadas às crianças. Todos os que circulam na rua, seja criança ou adulto, possuem acesso a mídia exposta. Muitas vezes seus comerciais apresentam corpos quase desnudos ou insinuam uma sexualidade exacerbada. Esses meios se utilizam de um poder abrangente que, na maioria das vezes, designam nossas ações. É necessário que pais e educadores compreendam que somos produto histórico desses mecanismos do poder, pois criamos a cultura, logo a cultura nos cria (STEINBERG, 2004).

As bancas de revistas são outros lugares a serem investigados. Sem maior necessidade de aprofundamento, é visível que os corpos nus dos adultos em posições e situações eróticas estão expostos fora e dentro da banca, sem nenhum reparo. São conteúdos e lugares normalizados pelo fazer do adulto que merecem reflexão e ação do intelectual e de todo cidadão que quer uma infância cuidada.

Diferentes infâncias

Com o foco nas crianças e nas alterações que socialmente influenciam a noção de infância, poderemos anunciar a existência de diversas concepções de infância, em virtude da cultura socialmente construída. Para Müller (2007, p. 18), não existe a história da infância e sim, histórias de infâncias, “posto que existem, em tempos e lugares específicos, diferentes histórias para crianças, que se diferenciavam por sexo, por condição social, idade, cultura, etnia [...] Categorias que foram se definindo cada vez mais no transcorrer dos séculos e que podem ser reconhecidas na atualidade”.

Defendemos a importância de ouvir o que a criança tem a dizer. Partir do que ela conhece e sabe é respeitar sua condição de ser humano. É buscar garantir seu espaço de sujeito cidadão. Estudar os mecanismos que interferem direta ou indiretamente em seu cotidiano é caminhar pelo direito que a mesma tem de ser sujeito de sua história.

É relevante, ao falar sobre a infância, considerar que falamos de diferentes seres humanos que vivem em condições adversas. Cada qual com sua especificidade, de acordo com seu meio e cultura. Para exemplificar, pode-se comparar a rotina de uma criança da classe burguesa e uma menos favorecida.

O documentário “A invenção da Infância” (SCMIEDT, 2000), apresenta algumas realidades contraditórias a respeito da infância. Uma das histórias é de uma menina de classe média alta que conta sua rotina: ir para a escola, balé, escola, informática, escola de inglês [...] e comenta levar vida de adulto.

Em outro Estado, relatam a vida de um menino discriminado socialmente: vai para a escola e, depois, para o corte do sisal. Ganha três reais por semana para ajudar na feira de domingo. Auxilia no sustento da família e eventualmente joga futebol com os amigos. Ele também afirma que leva vida de gente grande. A partir desses relatos, verificamos a dicotomia existente entre “as infâncias” dessas crianças.

Ao analisarmos esses dois relatos, poderemos partir do ponto que, independentemente da condição social, ambas possuem sua infância modificada. A criança que vive em um meio social privilegiado apresenta sobrecarga de atividades, como se as mesmas fossem condição primor-

dial para diferenciá-la no futuro profissional. Já o relato do menino de condição menos favorecida, mostra sobrecarga por necessitar estudar e trabalhar para auxiliar a renda familiar. Eventualmente sobra-lhe tempo para brincar, como no caso da menina. Percebemos que, nos dois casos, as crianças praticamente não possuem tempo livre para exercitar o brincar e isso se deve ao fato de constantemente os adultos atarefá-los com coisas que acreditam serem relevantes nessa fase da vida.

A criança tem direitos garantidos

A Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), visam garantir direitos básicos ao ser humano, como:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária...

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 3º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

I- idade mínima de dezesseis anos para admissão ao trabalho,

- observado o disposto no art. 7º, XXXIII;
- II- garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;
- III- garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola;

Art. 60. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

A lei preserva o direito de a criança estudar e define o trabalho infantil como: o trabalho executado por crianças e adolescentes, com idade inferior a 16 anos. A possibilidade de os adolescente trabalhar como aprendiz proporciona abertura para que muitos explorem a mão-de-obra de menores, pois geralmente são contratados por valores insignificantes; porém, o trabalho é de “gente grande”.

A criança precisa ser entendida e respeitada. Ela é cidadã, historicamente formada, repleta de anseios, que, muitas vezes, não são seus, e sim, reproduções dos adultos que a cercam.

[...] É muito importante que, além da lei, a concepção da criança como cidadã seja cada vez mais assumida nas instituições, nas políticas e na comunidade em geral. É claro que a cidadania só se efetiva em uma sociedade dialógica, não autoritária, que promova oportunidades de participação popular adulta e infantil em vários níveis de decisão e ação. Não estou defendendo que as crianças devam assumir suas próprias lutas sozinhas, e que têm responsabilidade sobre elas. Não. Digo que a cultura deve ir incorporando nas crianças a formação política, e uma das formas indispensáveis é que aprendam sobre seus direitos, no caso do Brasil, através do Estatuto da Criança e do Adolescente, colocando-o em prática no seu cotidiano, acompanhadas por adultos[...] (MÜLLER, 2007, p. 139-140).

A escola tem papel essencial na preservação dos direitos da criança. Porém, os adultos, a família, não podem ser eximidos da responsabilidade de promover ações cotidianas que garantam o exercício efetivo da defesa desses direitos. A infância é construção do mundo adulto e lhe cabe, agora, encontrar meios de preservar a integridade moral dos peque-

nos e promover condições para que se tornem cidadãos, de direito, de sua história.

Também é dever do Estado, proporcionar escola pública de qualidade, laica e que garanta autonomia intelectual, sem evidenciar o labor. Dele depende a condição de mudança, de uma escola ligada ao neoliberalismo, para uma escola historicamente construída, que valorize o ser humano em sua plenitude. Entre alguns fatores que favorecem a exploração do trabalho infantil, podemos destacar a pobreza, desigualdade social, exclusão social, natureza cultural e econômica.

Ao analisarmos esses e outros fatores, verificamos que existem aspectos vinculados a formas tradicionais e familiares de organização econômica, em especial na pequena produção agrícola, na qual as crianças, desde muito cedo, aprendem o ofício do pai ou da mãe. Muitos acompanham os pais para o trabalho no corte da cana-de-açúcar. Os donos das plantações ou seus responsáveis ignoram a presença de crianças no trabalho que deveria ser apenas para os adultos.

O serviço é cansativo e muitas vezes chega a ser desumano, devido à exploração da mão-de-obra. Sobrecarga de trabalho, pesado, para pouca remuneração. Expor a criança a esse meio de produção ou a qualquer outro é ser conivente com a exploração mercantil. Dessa maneira, é possível que presenciemos a criação de uma nova concepção: a de que criança não é gente e sim “objeto de manipulação”, que se tornará um adulto alienável.

Muito se tem a fazer a respeito de erradicar o trabalho infantil. Precisamos de políticas públicas efetivas, pois lugar de criança é na escola e junto da família. Ressalvas, junto da família em um lar propício, não no local de trabalho, a exemplo do corte de cana-de-açúcar ou sisal. Também não poderemos entender que o fato de a criança estar no inserida no seio familiar e repleta de responsabilidades, como cuidar dos irmãos menores, dos afazeres domésticos, enquanto pai e mãe trabalham fora, não é modelo de infância a ser seguido. Valorizar o ser humano como pessoa e, por meio de políticas adequadas, garantir e fazer valer os direitos de cidadão e proporcionar condições dignas de vida e trabalho, são ações que poderão contribuir para uma infância menos adultizada.

O educador

Para se atingir a qualidade desejada, não podemos esquecer de melhorar a valorização humana nas instituições de ensino. Os professores necessitam de qualificação e melhores condições de trabalho. Também é função do Estado proporcionar circunstâncias favoráveis ao educador, para que ele se especialize e contribua para uma educação crítica.

Constantemente, devemos buscar analisar os momentos históricos, para evitarmos o retrocesso. Retornar às vezes é necessário, até para compreendermos os processos de nossa história; porém, é emergencial seguir adiante. A história só é construída por meio do presente.

O futuro depende das ações concretizadas no momento atual. Elegemos pessoas que acreditávamos estar em condições de perceber as necessidades sociais, principalmente com políticas públicas que visem proporcionar vida digna à população menos favorecida.

A família encontra dificuldades para prover todo sustento necessário à suas crianças e, muitas vezes, abandonam suas obrigações e, às vezes, seus próprios filhos. Eles são entregues às ruas, à sua própria sorte. Marginalizados e desprotegidos, muitos são seduzidos pelo mundo do crime. Largados à própria sorte, geralmente crianças e adolescentes, sofrem as agressões da vida adulta e são forçados a esquecer a pouca idade e agir como se fossem adultos.

Um fator que pode influenciar é a impossibilidade ou a redução do tempo de brincar. A inserção da criança no mundo adulto gera consequências sociais que muitas vezes negamos existir. Diante dessas questões, é prudente citar Vygotsky, que, em uma de suas incansáveis pesquisas, relatou que,

no brincar, a criança se projeta nas atividades adultas de sua cultura e ensaia seus futuros papéis e valores. Assim, o brincar antecipa o desenvolvimento; com ele a criança começa a adquirir a motivação, as habilidades e as atitudes necessárias à sua participação social, a qual só pode ser completamente atingida com a assistência de seus companheiros da mesma idade e mais velhos (VYGOTSKY, 1998, p. 173).

Ele fecha a cortina, o show acabou. Resta a realidade e nela nos tornamos cúmplices nas alterações das “concepções de infância”. Quando as crianças da mesma faixa etária convivem entre si, aumentam as possibilidades da socialização estar centrada no respeito mútuo. Os mais velhos que compõem a família necessitam promover, para a criança, um ambiente em que ela encontre proteção, carinho e, principalmente, segurança.

Existem várias possibilidades para melhorar a realidade. Uma delas é investir na educação, qualificar os profissionais envolvidos e proporcionar condições dignas de vida para a maior parte da sociedade atual. O conhecimento torna o indivíduo crítico e essa atitude melhora seu desempenho nas questões sociais. A educação é e sempre será o caminho para as mudanças.

Após essas discussões, concluímos que estamos no começo de uma luta pela valorização da criança. Estudar a cultura infantil é de fundamental importância para conhecer e conviver com as crianças da atualidade. Permitir que ela se torne protagonista de sua história é respeitar as diferenças e proporcionar oportunidades de escolhas. A infância contemporânea se assemelha, em muitos momentos, àquela dos séculos XIII a XVI, bem como difere em outros pontos. Primeiramente, fica o alerta, relacionado ao livre acesso da criança aos vários meios de informação. Depois, a forte influência da desestruturação familiar e, por fim, o desejo de suprir a falta no outro. Exercitamos um breve ensaio sobre as concepções de infância, sem perder de vista nosso ponto de partida e chegada que é a criança.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 8 de outubro de 1988. 8. ed. Revista dos Tribunais, 2003. p. 10.

BRASIL. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto

da criança e do adolescente e dá outras providências. **Lex**: coletânea de legislação e jurisprudência São Paulo, v. 54. p. 849, jul./set. 1990.

CIRINO, O. **Psicanálise e psiquiatria com crianças**: desenvolvimento ou estrutura. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MÜLLER, V. R. **História de crianças e infâncias**: registros, narrativas e vida privada. Petrópolis: Vozes, 2007.

POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

SACRISTÁN, J. G. **O aluno como invenção**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SCMIEDT, M. **A invenção da infância**. Produção de M. Schmiedt. São Paulo: Ministério da Cultura; Governo Federal. São Paulo, 2000. 1 filme.

STEINBERG, S. R.; KINCHELOE, J. L. **Cultura infantil**: a construção corporativa da infância. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins, 1998.

Recebido em / Received on / Recibido en 10/05/2009

Aceito em / Accepted on / Acepto en 03/08/2009

UNIVERSIDADE PARANAENSE

QUEM QUER SER CIENTISTA LEVANTE O BRAÇO 2009



ESTIMULE SUA CRIATIVIDADE E SENSO CRÍTICO

Através do Programa de Iniciação Científica – PIC, você pode participar de projetos de Pesquisa coordenados por pesquisadores mestres e doutores da Unipar. Além de muito conhecimento e experiência, você ainda pode receber uma bolsa auxílio através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC

INFORMAÇÕES:

IPEAC - Campus Umuarama (Sede)

NISEPS (Unidades)

e-mail: copic@unipar.br

www.unipar.br/pesquisa

